

# PLANEJAMENTO URBANO EM “CIDADES HISTÓRICAS”: UM DESAFIO NECESSÁRIO

**Lívia Fraga Celestino**

Mestranda do Programa de Pós Graduação da UFBA.  
Membro do Grupo de Pesquisa Cidade, Território e  
Planejamento (CiTePlan). Bolsista CNPQ.  
Email: livia\_fraga@hotmail.com

**RESUMO:** Um dos grandes desafios a ser enfrentado pelas “cidades históricas”<sup>1</sup> no momento atual é o de promover uma gestão pública que valorize as normas de preservação do patrimônio cultural aliada com o desenvolvimento contemporâneo e com as necessárias melhorias na qualidade de vida da população local. As cidades protegidas por agregarem em seu espaço bens culturais importantes possuem problemas e dilemas como qualquer outra cidade. O desafio posto a estas cidades é incluir nas políticas públicas o cuidado com a preservação aliado com o desenvolvimento urbano para não correr o risco de congelá-las. Desta maneira, os gestores das cidades tombadas possuem papel decisivo na medida em que possuem instrumentos específicos, como o Plano Diretor, que deve tratar tanto do crescimento e do desenvolvimento da cidade, quanto da preservação do seu acervo patrimonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural, planejamento urbano, Cachoeira/BA.

## INTRODUÇÃO

Abordaremos neste artigo os atuais dilemas que vivenciam as cidades históricas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com intenção de preservar seu patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Trataremos aqui com mais detalhes a cerca da cidade de Cachoeira, na Bahia, conhecida por seu rico patrimônio cultural e que aos poucos vem ganhado notoriedade a partir dos programas governamentais para a preservação e salvaguarda do seu acervo.

Situada no Recôncavo baiano, Cachoeira, foi destaque economicamente, principalmente no período colonial. Sua excelente localização, às margens do Rio Paraguaçu, favoreceu seu crescimento devido a sua atuação como entreposto comercial beneficiado pelo transporte flúvio marítimo. Além de sua importância econômica em escala regional destacou-se também na esfera política através das lutas pela Independência da Bahia, fato que culminou com o título de “Cidade Heroica”<sup>2</sup>. O crescimento da cidade foi alcançado através dos vantajosos ciclos econômicos através da cana-de-açúcar e do fumo plantados em seu rico solo de massapê. Foi através da exploração destes produtos que a elite colonial acumulou riquezas que possibilitou a formação de um sólido

patrimônio arquitetônico com as quais até hoje permanece materializada na paisagem da cidade, principalmente em seus casarões, sobrados e igrejas de origem barroca. Esta riqueza foi fundamental para, nos anos 1970, elevar Cachoeira à “Monumento Nacional” através de seu tombamento<sup>3</sup> pelo governo federal, através do IPHAN.

Não somente pelo patrimônio edificado que Cachoeira é destaque, pois suas riquezas imateriais, através de suas festividades, danças, procissões, complementam o patrimônio cachoeirano tornando-o ainda mais singular. Estas riquezas imateriais foram herdadas das matrizes africanas que lá se estabeleceram e que também tem sido alvo de processos de patrimonialização. Desta forma, sendo uma “cidade histórica” tombada por seu rico patrimônio cultural vem sendo alvo de programas governamentais de reestruturação urbana e de preservação do seu patrimônio cultural torna-se necessária uma atenção especial no tocante ao planejamento urbano. É importante ressaltar que as riquezas acumuladas desde o período colonial não impediram que os problemas sociais e econômicos se agravassem com o passar dos séculos, principalmente mediante ao processo de decadência econômica em que a cidade se viu mergulhada nos últimos anos. Os estudos de Henrique et al (2009) provam que Cachoeira atualmente possui baixos índices sociais (referentes à educação, saúde, renda) em comparação com outros municípios do Recôncavo baiano.

Os aspectos políticos e econômicos que garantiam a centralidade de Cachoeira e favoreciam sua articulação regional e nacional preenchem as formas urbanas até meados no século XX, quando transformações estruturais no sistema de transporte e na economia levam a redefinições dos papéis e funções das cidades do Recôncavo. As mudanças na estrutura econômica e no papel de Cachoeira na rede urbana regional estão fortemente atreladas à alteração no padrão de transporte de mercadorias, com a opção pela modalidade rodoviária em detrimento ao transporte marítimo/fluvial (realizado pelos vapores e saveiros que faziam seus percursos através da Baía de Todos os Santos e pelo Rio Paraguaçu) e ao transporte ferroviário (que tinha em Cachoeira um importante entroncamento). As rodovias que passam a ligar o litoral ao interior (BR’s 324 e 101) têm seus trajetos exteriores e distantes do tecido urbano de Cachoeira, implodindo as funções articuladoras da cidade com suas congêneres regionais e estaduais. Para completar o processo de estagnação do Recôncavo Canavieiro e Fumageiro, também na metade do século XX, ocorre a descoberta de petróleo na área do Recôncavo mais próxima de Salvador. O desenvolvimento da cadeia produtiva do

petróleo, indo além da extração e passando pelo refino e pelo transporte, trouxe profundas mudanças na articulação do sistema urbano, pois toda uma rede de infraestruturas é criada para atender as exigências da indústria petrolífera, isolando as áreas tradicionais. Grandes parcelas das populações das áreas canavieiras e fumageiras foram atraídas para as cidades vinculadas às atividades petrolíferas, como Candeias, São Francisco do Conde e Madre de Deus.

O declínio econômico de Cachoeira, ainda não superado, possibilitou que fossem preservados traços marcantes do seu passado próspero oficializado através do tombamento de toda a cidade pelo IPHAN em 1971 (Decreto nº 68.045). Para superar este processo de estagnação econômica, que perdura por algumas décadas, segundo Henrique (2009), várias ações vinculadas ao planejamento urbano, regional e econômico estão sendo implementadas em Cachoeira, tais como: a instalação da UFRB, o Programa de Turismo Étnico<sup>4</sup>, o Programa Monumenta e, mais recentemente o PAC das Cidades Históricas. Diante de tantas modificações em sua estrutura urbana em um período de tempo tão curto o planejamento urbano torna-se extremamente necessário.

## **PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM CACHOEIRA (BA): AÇÕES E DILEMAS**

Reconhecida por seu rico patrimônio de origem barroca e por sua pluralidade étnica a cidade de Cachoeira logo foi alvo de práticas de preservação produzidas pelos órgãos de preservação nacional e estadual, como o IPHAN e o IPAC. Em Cachoeira as primeiras ações de proteção de seu patrimônio datam do início do século XX com o tombamento de alguns monumentos isolados de valor histórico e artístico. Esta prática de preservação pontual fazia parte das ações do antigo SPHAN (atual IPHAN) sendo realizada tanto em Cachoeira quanto no restante do país. Os tombamentos de bens culturais isolados na cidade privilegiavam, sobretudo, heranças da arquitetura barroca presente nas construções católicas e de significativo valor histórico e político local, por isso foram tombados a Igreja Nossa Senhora do Rosário, Capela de Nossa Senhora D'Ajuda, Casa de Câmara e Cadeia, entre outros. Vale ressaltar que os bens culturais alvos de tombamento nesta época eram regidos pela ideologia de preservação do patrimônio de “pedra e cal”, com predomínio de elementos da cultura do colonizador

não abrangendo a diversidade étnica e cultural brasileira que em Cachoeira se faz muito presente devido a forte presença da cultura negra.

A partir da década de 1970 houve uma mudança na prática de preservação patrimonial que passou a reconhecer e tomba não apenas bens isolados, mas também fragmentos urbanos e até todo o conjunto urbano. Em janeiro de 1971 é regulamentado o tombamento integral do perímetro urbano do Conjunto Histórico e Paisagístico de Cachoeira, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, através do decreto nº 68.045. Cabe destacar aqui que o tombamento de Cachoeira possui uma singularidade, pois todo o seu perímetro urbano foi tombado e até a presente data não há nenhuma delimitação de área oficial a ser protegida, fato este que constitui uma problemática. Considerada a partir de então como “Monumento Nacional” a cidade ganha espaço nos programas e projetos de preservação em âmbito nacional com auxílio financeiro nacional e internacional, apoio e incentivos de programas turísticos. Por outro lado passa a enfrentar alguns dilemas inerentes ao campo da preservação patrimonial e das políticas urbanas.

O ato de tomba toda a cidade cria dilemas entre os moradores que fazem uso da cidade e entre estes e os órgãos de preservação. Cabe aqui esclarecer que o ato de tombamento de Cachoeira promovido pelo IPHAN foi impulsionado devido a preocupação com a decadência econômica iniciada no século XX, fato este que contribuiu sobremaneira para o desgaste de muitos bens culturais (vale lembrar que era reduzida a participação nesta época dos órgãos estadual e municipal). Ao mesmo tempo em que a decadência trouxe prejuízos, de maneira inversa, também proporcionou a conservação de muitas das suas formas sendo assim não sendo substituída pela modernização das novas construções como de fato ocorreu em muitas cidades brasileiras.

Cabe destacar também que o tombamento de Cachoeira não congelou a sua expansão, prova disso são as ocupações nas áreas periféricas ao longo dos morros que rodeiam o seu centro histórico. Uma das razões para o crescimento de habitações nestas localidades é a carência de terrenos disponíveis no centro da cidade aliado ao fato do tombamento impedir o crescimento vertical da cidade. Desta maneira, após o tombamento na década de 1970 houve uma ampliação da sua malha urbana com a criação de habitações com tipologias muito destoantes da arquitetura presente do centro da cidade. Seria assim, a criação de uma cidade dual? Se por um lado, o centro histórico

da cidade (Figura 1) por ter sido local de concentração das primeiras edificações apresenta maior quantidade de bens e serviços, maior número de bens culturais tombados em nível federal e estadual, logo foco de maior atuação do IPHAN e rota turística obrigatória, por outro lado os bairros mais afastados da cidade (como exemplo o Caquende o Alto do Rosarinho) apresenta problemas sociais graves e carência de infraestrutura básica (Figura 2).



Figura 1. Centro da cidade.  
Fonte: Celestino, 2011.



Figura 2. Bairro do Caquende, na periferia.

A iniciativa de tombamento da cidade partiu da Prefeitura Municipal, além de alguns representantes da sociedade civil, porém com pouco engajamento da população local no desenrolar do processo (RODRIGUES, 2010). Este fato ao longo do tempo se constituiu um problema aos moradores devido aos impasses gerados. As opiniões sobre o significado do tombamento para eles são antagônicas, se por um lado constitui um avanço por conta das vantagens em relação a subsídios de programas de preservação ou mesmo por conta das vantagens proporcionadas pelo turismo cultural, por outro lado há discursos que de que o tombamento representa na verdade um atraso à cidade devido a impossibilidade de modificações físicas, verticalização e inclusive dilemas por conta da falta de integração entre os moradores e os técnicos do IPHAN que são vistos como fiscalizadores do espaço urbano. A participação da população na escolha do que será eleito como patrimônio torna-se fundamental, como anota Jeudy (2005, p 19) “para que exista patrimônio reconhecível é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura”.

As ações de preservação continuaram pós-tombamento, porém com uma participação maior do governo do Estado, sobretudo nos anos 1970 com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). Este programa fez eco com as recomendações internacionais propostas naquela época, como exemplo das Normas de Quito (1967), cujo foco principal era a propor a proteção dos bens patrimoniais aliado ao desenvolvimento econômico, sobretudo através das práticas turísticas. Em Cachoeira, cidade que mais recebeu recursos deste programa, as ações do PCH foram pontuais, elegendo de maneira isolada bem culturais que acreditavam ser representativos da cidade. Desta forma várias foram as práticas de recuperação de fachadas de sobrados, igrejas e espaços públicos, criação de pousadas e hotéis, tornado claro a intencionalidade do governo em potencializar o fluxo turístico como uma possível estratégia para reverter a estagnação econômica que a cidade se encontrava.

Em Cachoeira é notável que há forte intenção em transformá-la em um celeiro turístico do Recôncavo, evidenciado em seu Plano Diretor (CACHOEIRA, 2006) e nas ações concretas do governo estadual e municipal. No momento que Cachoeira deixou de ser um importante nó na rede urbana do Recôncavo o turismo se apresenta como importante fonte de renda, desta forma cabe aqui uma indagação: será realmente que o turismo será capaz de reverter o quadro de estagnação econômica que Cachoeira vive há décadas? Os estudos de Castro (2010) e Rodrigues (2010) demonstram que o turismo em Cachoeira, apesar dos esforços, sempre se caracterizou por sua sazonalidade alcançando picos máximos entre os meses de junho e agosto, quando ocorrem as principais festas na cidade como o São João e a Festa da Boa Morte. Desta maneira o turismo cultural, nos moldes atuais, incentivado pelas instâncias governamentais não está sendo capaz de reativar o desenvolvimento econômico como era planejado.

O registro patrimonial pelo IPHAN do Samba de Roda (2004), e o registro da Festa da Irmandade da Boa Morte (2010) pelo IPAC são importantes reconhecimentos das tradições de matriz africana e estas estão sendo estrategicamente utilizados pelos governos como meio de atração de capital, transformando cultura em “capital simbólico” (HARVEY, 2005). O apoio do governo para a execução da Festa da Boa Morte, bem como a criação do Programa de Ação do Turismo Étnico provam a exploração intencional deste patrimônio (BAHIA, 2009). Nos estudos relacionados às atuais práticas de preservação, Paes (2010) afirma que muitos centros urbanos que agregam bens culturais materializados, como caso das cidades do Recôncavo, como

Cachoeira, transformaram-se em fetiche do olhar turístico e esta vem sendo uma tendência global reflexo das estratégias de acumulação de capital que ronda as cidades.

Diante dos dilemas que cercam o ato de tombar uma cidade, cabe aqui um questionamento, será que esta medida ainda é eficaz nos dias de hoje? Concordamos com Castriota (2009, p 86) quando afirma que “instrumentos como o tombamento que se mostraram importantes (decisivos mesmo em alguns casos) num primeiro momento, passam agora a expor, de maneira cruel, suas limitações e têm, a nosso ver, que ser revisto à luz de novos condicionantes e critérios”. Passados mais de 40 anos do seu tombamento a cidade de Cachoeira a população ainda guarda dúvidas e inquietações a cerca desta atitude dita por muitos que foi realizada “de cima para baixo”.

Os atuais projetos e programas financiados sejam pelo governo do Estado, pela União ou mesmo pelos organismos internacionais (como o BID) visam, sobretudo, reverter o processo de estagnação socioeconômica que a Cachoeira se viu mergulhada desde o século passado. Como anota Henrique (2009) todas estas ações modificam não somente as formas, a estrutura, mas principalmente o conteúdo da cidade. Estas ações e o seu rebatimento sobre o espaço urbano de Cachoeira ecoam com o que Santos (1997) denomina de “verticalidades”, ou seja, são sempre ações pensadas e organizadas de maneira externa ao lugar, impostas sobre a estrutura urbana e social da cidade, mas que transformam tanto sua estrutura física quanto seu cotidiano.

A atual ação de preservação patrimonial na cidade intitula-se Programa Monumenta fruto da negociação entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este programa tem como principal objetivo, segundo o Regulamento Operativo (BRASIL, 2006), reverter os quadros de degradação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional. Para cumprir esta tarefa selecionou 26 cidades em todo o Brasil, cidades estas tombadas em nível nacional pelo IPHAN, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações como monumentos, igrejas, sobrados, além de uma linha de financiamento para imóveis particulares. Para alcançar os objetivos do referido programa foram estruturados cinco componentes, entre os quais: investimentos integrados, fortalecimentos institucional, promoção de atividades econômicas, capacitação de artífices e de agentes locais de cultura e turismo, além de programas educativos.

Entre as cidades contempladas na Bahia estão Salvador, Cachoeira e Lençóis. Especificamente em Cachoeira, cidade inclusive que mais recebeu recursos em todo o país na ordem de R\$ 30 milhões, a área de projeto na cidade abarca todo o seu “centro histórico”, onde se concentra grande parte de seus monumentos tombados em nível federal. A atuação do Programa proporcionou a reforma de espaços públicos, da orla fluvial, mas sua atuação concentrou-se na reforma e restauração de monumentos isolados entre eles: a Casa de Câmara e Cadeia, Casa de Ana Nery, Capela Nossa Senhora D’Ajuda, Igreja Matriz, Igreja Nossa Senhora do Carmo (Ordem Primeira e Terceira), entre outros.

Cabe aqui deixar registrado uma questão das mais importantes a partir do olhar geográfico. O Programa Monumenta em Cachoeira realiza ações e pontos específicos do espaço urbano, em outras palavras, suas ações de preservação patrimonial estão localizadas sobre o “centro histórico” da cidade (rota obrigatória de visitação turística). Esta ação sobre o espaço da cidade demonstra que há seletividade em pontos específicos da malha urbana. Será que as políticas de patrimônio (localizadas, sobretudo no centro da cidade) não desviam a atenção dos problemas mais amplos, sobretudo fora do perímetro de atuação dos programas de preservação? Como nos esclarece Costa (2010, p13) devemos pensar “a preservação de patrimônio em um contexto que incorpore o território urbano enquanto totalidade e não fragmentado ou particularizado na delimitação da área tombada”. Em Cachoeira apesar de até hoje não haver uma delimitação do “centro histórico”, todas as ações de preservação são sempre destinadas às mesmas áreas, quando se tem em seu entorno bairros com sérios problemas socioespaciais que vão desde a infraestrutura urbana (esgoto, iluminação pública, moradias precárias) até níveis de desemprego. Assim, entendemos que a cada dia os problemas urbanos coincidem mais com o planejamento urbano.

Acreditamos que a “cidade histórica” não deve ser entendida ou contemplada apenas pelo seu centro histórico ou núcleo urbano tombado, mas em toda a sua totalidade. Como anota Argan (1995) cujo termo “centro histórico” é teoricamente absurdo, pois acreditar que uma cidade conste de uma porção histórica, qualitativa, é também crer que haja uma porção a-histórica. Da mesma forma que entendemos que o fato de ser tombada, em reconhecimento aos seus bens culturais não significa que a cidade deva enxergar na atividade turística seu único meio de sobrevivência.

Entre os pontos positivos do Programa Monumenta destacam-se a linha de financiamento para imóveis privados e, especificamente em Cachoeira, a reforma do Quarteirão Leite Alves que hoje abriga a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A linha de financiamento para imóveis privados busca, através de um contrato de empréstimo com a Caixa Econômica Federal, recuperar edificações que se situam dentro da área de projeto estimulando seu uso social e econômico. Esta parece ser uma alternativa importante visto que pretende incitar a utilização das edificações. Em Cachoeira, muitos dos imóveis selecionados para conseguir o empréstimo estão utilizando as edificações para uso misto (residencial e comercial). Além disso, a possibilidade de empréstimo favorece a recuperação do casario histórico, visto que muitos dos moradores não teriam condições financeiras para arcar com os custos. Apesar da iniciativa em tese ser muito interessante, na prática ainda há muitos percalços. Em toda a cidade somente 35 imóveis privados foram reformados, até a presente data. Os selecionados se queixam sobre a burocracia para conseguir o empréstimo, a longa demora na liberação da verba pela Caixa, além da falta de esclarecimentos sobre diversas questões presentes no edital.

A realização que mais se destaca, através do Monumenta, foi à reforma para abrigar a UFRB. A instalação da universidade vem provocando modificações da estrutura física com o aquecimento do comércio e criação de novos serviços (copiadoras, livrarias, restaurantes) para atender a atual demanda. Estes “novos moradores” (professores e universitários) demandam principalmente por moradia e por “novas necessidades” muitas vezes estranhas aos cidadãos locais, talvez por isso desperte alguns conflitos entre novos e antigos moradores. Apesar de alguns impasses a instalação da universidade em Cachoeira, a longo prazo, poderá propiciar uma maior dinamização social e econômica, além de incentivo a melhorias educacionais, pois estamos aqui falando de uma cidade empobrecida e com baixos índices educacionais.

## **PLANEJAMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL: UM DESAFIO NECESSÁRIO**

Diante de tantas modificações em Cachoeira por ações e programas executados nos últimos anos, que proporcionaram dinâmicas na estrutura urbana, uma questão se torna central: será que Cachoeira estava preparada para tantas modificações em sua estrutura física e social? Desta maneira o planejamento torna-se uma questão imprescindível, pois

de um lado temos uma cidade tombada e possuidora de bens culturais materiais e imateriais em constante processo de patrimonialização e refuncionalização através do turismo. Por outro lado, como qualquer cidade apresenta processos pertencentes a sua própria natureza dinâmica. Aqui fica evidente que a gestão e o planejamento urbano são a peça chave para a integração destes dois interesses da qual Cachoeira e a maioria das “cidades históricas” se encontra.

O planejamento urbano torna-se um desafio necessário, ainda mais em uma cidade tombada em nível federal, onde a sua preservação não pode estar desvinculada das questões urbanas e vice-versa. Com o Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001) que regulamenta as diretrizes da política urbana instituindo também a criação do Plano Diretor Urbano (PDU) para as Regiões Metropolitanas, cidades com mais de 20 mil habitantes, além dos sítios urbanos com acervo patrimonial ganharam uma maior proteção através deste instrumento. O PDU, com abrangência municipal, é considerado um importante instrumento da política urbana com intuito de criar estratégias para o desenvolvimento compatível com a realidade de cada lugar, respeitando suas singularidades, onde toda a sociedade deve participar auxiliando no enfrentamento dos problemas e propondo melhorias.

Desta maneira, o Plano Diretor pode auxiliar no enfrentamento de algumas dinâmicas urbanas como especulação imobiliária e inclusive coibindo os processos de gentrificação. Especificamente para as “cidades históricas” tombadas existem ferramentas apropriadas que servem de estímulo à preservação como: isenção de IPTU, Transferência do Direito de Construir (TDC), direito de preempção, dentre outros benefícios fiscais que podem auxiliar na conservação do patrimônio edificado.

O Plano Diretor de Cachoeira, concluído em 2006, por uma empresa de consultoria contratada pelo Governo do Estado é polêmico, pois apresenta muitos problemas e por este motivo foi objeto de revisão diante das queixas de um pequeno grupo da sociedade civil. O PDU propõe uma espécie de Cluster onde às atividades culturais e turísticas são o alvo principal para captar recursos econômicos, associando a cultura, o lazer e o turismo. O Plano Diretor de Cachoeira (CACHOEIRA, 2006) autodenomina a cidade como “Capital do Recôncavo” baseado em seu patrimônio material e imaterial. Como afirma o Plano Diretor de Cachoeira (2006, s.p):

É na capitalização desta riqueza cultural que deve estar o fulcro de seu posicionamento enquanto “capital do Recôncavo”. É a partir de sua

associação com o conflito difuso de baianidade, com a ideia de berço da colonização do país, de terra do sincretismo religioso, dos engenhos de cana e produção fumageira, enfim, com todos os elementos nos quais está envolta a ideia de Bahia, da qual o município e o Recôncavo são filhos diretos, que deve orientar-se o posicionamento estratégico no município enquanto competidor da indústria turística (CACHOEIRA, 2006. s.p).

A ideologia presente no Plano Diretor demonstra que o município tem como norte o desenvolvimento do turismo. Este discurso de que toda a cidade deva viver somente de uma única prática se torna insustentável nos dias de hoje, como se o turismo, atividade setorial, fosse capaz de maneira isolada de reverter processos de desigualdade e pobreza. Além disso, há décadas políticas estatais já investem nesta região com intenção de explorar suas potencialidades naturais e culturais e até a presente data não são perceptíveis modificações concretas. O patrimônio material em Cachoeira vem sofrendo intervenções governamentais com intencionalidades que buscam a conservação patrimonial, mas estas mesmas políticas possuem também intencionalidades outras, principalmente relacionadas a seu uso para garantir o moto-contínuo do fluxo turístico. Deve ficar claro que as políticas preservacionistas e de desenvolvimento urbano devem servir primeiro a população local e não somente aos visitantes que muitas vezes representa um fluxo sazonal e pouco significativo.

Alguns exemplos positivos de gestão poderiam ser compartilhados e adaptados às especificidades locais de cidades tombadas. A cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, tornou-se um modelo de gestão seu do patrimônio cultural promovendo algumas melhorias na qualidade de vida da população e com a preocupação de não descaracterizar sua identidade local pelas vias do desenvolvimento moderno. Ouro Preto criou a Secretaria Municipal do Patrimônio e Desenvolvimento Urbano por entender que não há como dissociar estas duas dimensões. A prefeitura propôs ações relativamente simples como tombamento e registros municipais, conselhos, ICMS cultural, legislação urbana, incentivo aos proprietários, além de outras medidas que vem garantindo a preservação do seu patrimônio sem depender totalmente dos órgãos de preservação pertencentes as esferas estadual e federal. Este exemplo nos mostra que a participação dos gestores locais é fundamental<sup>5</sup>.

O Plano Diretor de Cachoeira concebe a cidade como uma “centralidade cultural” e utiliza as intensas festividades, como o São João, aliado ao seu patrimônio edificado

como trunfo, sendo utilizada pelo plano a expressão “alavanca cultural”. Castro (2010, p 113) confirma que “[...] o turismo cultural assentado nas potencialidades do patrimônio arquitetônico e paisagístico e nas festas populares foi abraçado pelos gestores públicos da cidade de Cachoeira como atividade econômica prioritária [...]”.

Um aspecto negativo encontrado no PDU é a ausência de estratégias de enfrentamento das atuais dinâmicas intraurbanas, pois o plano tampouco cita o impacto destas novas ações e projetos na cidade, que já vinham atuando na cidade desde 2002, como o Programa Monumenta e a própria UFRB responsáveis por grandes modificações na estrutura urbana nos últimos anos. O aspecto positivo é que aos poucos a Prefeitura vem utilizando o direito de preempção, previsto no PDU, como tentativa de tornarem úteis espaços sem utilização, como exemplo disto foi à desapropriação do Quarteirão Leite Alves para a implantação da universidade e a compra, pelo IPHAN, do imóvel para a reforma do Cine Teatro Cachoeirano, ambos reformados pelo Programa Monumenta.

## **CONCLUSÃO**

A contribuição do olhar geográfico sobre o espaço urbano de Cachoeira frente as ações de preservação patrimonial é encarar a “cidade histórica” como uma totalidade urbana. Esta não deve ser entendida e contemplada apenas pelo seu centro histórico, ou pelo seu núcleo tombado, ou como ocorre em Cachoeira através da poligonal de atuação das ações de preservação. A postura de encarar a “cidade histórica” como totalidade urbana é fundamental, pois o que se constata em muitas “cidades históricas” é a dualidade entre a valorização do centro (algo das políticas governamentais, dos roteiros turísticos) em detrimento a precarização da sua periferia (muitas vezes esquecida). Correa (2005) nos esclarece que o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, onde cada uma das partes mantém relações espaciais com as demais, mesmo com intensidades diferenciadas. A partir do momento que ações de preservação e política urbana concentram as suas ações nos mesmos espaços “luminosos”, acentuam ainda mais esta fragmentação que é tanto física e espacial quanto simbólica.

Diante das estratégias de “turistificação” do centro histórico através das políticas de patrimônio frente a um entorno precarização, cabe o seguinte questionamento: as ações de preservação patrimonial contribuem para a articulação e fragmentação do espaço urbano de Cachoeira? As possíveis respostas que pretendemos esclarecer ainda não

possuem respostas muito claras. Reiteramos a importância e a responsabilidade da sociedade civil no planejamento urbano, o que implica numa ação descentralizada em detrimento da concentração de decisões nas mãos dos governos, dos técnicos ou das empresas. A população pode auxiliar na construção de caminhos para a solução de impasses, que, por conseguinte podem possibilitar a redução das desigualdades.

O Plano Diretor como forma de planejamento em nível local, pode orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção do espaço, além da oferta de serviços públicos que assegurem melhor condição de vida para os moradores. Notamos a importância de continuarmos discutindo tais questões, uma vez que o Plano Diretor de Cachoeira, com suas falhas e limitações permanece “engavetado”.

## **REFERÊNCIAS**

ARGAN, Giulio Carlo. **A História da Arte como História da Cidade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995

BAHIA, Secretaria de Turismo. Superintendência de Serviços turísticos. **Turismo Étnico-Afro na Bahia**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

BITTENCOURT, Adriana Santana; CELESTINO, Livia Fraga. **Planejamento urbano em cidades históricas: o caso de Cachoeira-BA**. Anais da XIII Semana de Mobilização Científica, SEMOC, Universidade Católica do Salvador, 2010.

BRASIL. **Regulamento Operativo do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano**. MONUMENTA – 1.200/OC-BR. Versão / Setembro, 2006.

CACHOEIRA. Lei nº 730/2006 de 10.10.2006. **Plano Diretor Participativo**. Cachoeira: Prefeitura Municipal, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte: Annablume, 2009.

CASTRO, Janio Roque Barros de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de casos. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, Série estudos e pesquisas, nº 87, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

COSTA, Everaldo Batista da. Da valorização do espaço à fragmentação articulada do território urbano: a cidade histórica para além dos limites do tombamento – o caso de Diamantina (MG). **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, nº28, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUE, Wendel; FERNANDES, Hiram; SANTANA, Elissandro. Reestruturação Urbana em cidades médias e pequenas do Recôncavo a partir da instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v.19 n.2, 511-522, jul/set. 2009.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. **Geotextos**. Salvador, v. 05, p. 89-112, 2009

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Caminhos da preservação: políticas, patrimônio material e reflexões nas dinâmicas social e urbana de Cachoeira-BA**. Santo Antônio de Jesus. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual da Bahia, UNEB, 2010.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Imprensa Oficial, 1959.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: tempo e espaço – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Fernando F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

---

1. O conceito de cidade histórica será sempre colocado entre aspas, pois consideramos que todas as cidades possuem história. Concordamos assim com Argan (1995) que acredita que não deva existir uma separação entre “zona histórica” e “zona moderna”.

2. Devido a sua importância histórica na luta pela Independência nacional, Cachoeira ganhou o título de Cidade Heróica. Como símbolo deste feito, desde 2007, a data de 25 de junho marca o dia do ano em que Cachoeira torna-se a capital simbólica da Bahia, inclusive virando a sede do governo estadual em razão da lei 10.695, aprovada pela Assembleia Legislativa de autoria da senadora Lídice da Mata.

3. Segundo Silva (2003) no Brasil, a proteção do patrimônio cultural, denominado “patrimônio artístico e nacional”, é regulamentado pelo Decreto-Lei nº25/37, que disciplina o instituto do tombamento. Segundo o Decreto, o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito em um dos quatro livros do tomo, tais quais: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. A inscrição num dos livros do tomo determina uma diretriz de conservação estabelecida pelo órgão responsável pelo tombamento, conferindo-lhe também critérios para apurar eventual dano sobre o bem cultural.

4. Baseado na definição estabelecida pelo Ministério do Turismo “o turismo étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno as tradições de seus antepassados. O turismo étnico envolve as comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres” (BAHIA, 2009, p 17).

5. A Prefeitura de Ouro Preto, através da Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, ganhou em 2011 o prêmio nacional Rodrigo Melo Franco de Andrade (concedido pelo Iphan), na categoria Preservação de Bens Imóveis com o projeto “Ouro Preto: um novo modelo de gestão de cidades históricas”.